

*compilações doutrinais*

VERBOJURIDICO

# **SOBRE ÉTICA**

---

**DR. J. F. MOREIRA DAS NEVES**

JUIZ DE CÍRCULO



verbojuridico<sup>®</sup>

NOVEMBRO 2007

Título: SOBRE ÉTICA

Autor: Dr. J.F. Moreira das Neves  
Juiz de Círculo

Data de Publicação: Novembro de 2007

Edição: Verbo Jurídico ® - [www.verbojuridico.pt](http://www.verbojuridico.pt) | [.eu](http://.eu) | [.net](http://.net) | [.org](http://.org) | [.com](http://.com).

Nota Legal: Respeite os direitos de autor. É permitida a reprodução exclusivamente para fins pessoais ou académicos. É proibida a reprodução ou difusão com efeitos comerciais, assim como a eliminação da formatação, das referências à autoria e publicação. Exceptua-se a transcrição de curtas passagens, desde que mencionado o título da obra, o nome do autor e da referência de publicação.



Ficheiro formatado para ser amigo do ambiente. Se precisar de imprimir este documento, sugerimos que o efective frente e verso, assim reduzindo a metade o número de folhas, com benefício para o ambiente. Imprima em primeiro as páginas pares invertendo a ordem de impressão (do fim para o princípio). Após, insira novamente as folhas impressas na impressora e imprima as páginas ímpares pela ordem normal (princípio para o fim).

## SOBRE ÉTICA <sup>(\*)</sup>

**Dr. J. F. Moreira das Neves**

JUIZ DE CÍRCULO

Os temas da ética são hoje objecto de curiosidade e reflexão por quase toda a gente, a vários níveis, pois existe a sensação geral de que o nosso *modus vivendi* é capaz de estar algo desajustado face aos postulados daquela. Mas mesmo tendo esta sensação raramente se consegue ir mais além. E porquê? Bom, talvez porque realmente as questões da ética, pese embora sejam de todos os tempos, são também das mais complexas do nosso tempo. Não menos interessante é também o facto de se solicitar a um juiz que reflecta e disserte sobre esta temática. Não necessariamente na perspectiva do seu *munus*, porque sobre a justiça hoje toda a gente se acha já esclarecida – «a justiça em Portugal não funciona», dirão todos, repetindo um cliché que de tão batido até parece verdadeiro -, mas em geral. De todo o modo a razão do convite que me foi feito não será alheia ao facto de pelo menos nas representações sociais a judicatura se apresentar como uma espécie de reserva ética da comunidade. Que o é efectivamente. Aos juízes exige-se que no plano ético sejam irrepreensíveis. Não que aos outros profissionais seja concedida alguma carta de alforria que lhes permita meter a ética na gaveta e agir perante o outro a seu bel-prazer, mas a verdade é que no julgamento social é só aqueles (ou sobretudo àqueles) que se não perdoa, e bem, o desvio.

É por todos sabido que as complexas questões da ética pertencem mais ao domínio da filosofia que ao do direito. Aliás, chamando novamente à colação as representações sociais, ética e direito aparecem muitas vezes como a água e o azeite: por mais que se agitem não se combinam. Ainda me lembro, a propósito, do vitupério da minha mãe quando lhe anunciei que queria ir estudar direito (para ela, como para muita gente, direito é igual a advogados e estes não casam bem com a ética). Isso era, em seu juízo, uma espécie de traição aos valores morais que me tinha tentado transmitir. A coisa evidentemente lá se resolveu e o estudo do direito nenhum mal maior terá feito, pois cá estou hoje, com a minha formação jurídica, a tratar dos assuntos da ética.

---

<sup>(\*)</sup> Texto que constitui a base da comunicação na palestra feita no Rotary Club de Ponta Delgada, no dia 31 de Outubro de 2007, no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada.

Definamos em primeiro lugar o objecto do tema que aqui me traz, para logo depois alinhar algumas ideias sobre o que me parece ser a sua relevância nesta nossa sociedade acelerada, concorrencial e propensa ao atropelo de alguns dos mais elementares valores comunitários.

O que é afinal a ética e em que é que se distingue da moral e do direito? O direito costuma definir-se como sendo um sistema de normas de regulação social, assistido de protecção coactiva. A moral, por seu turno, define-se também por ser um sistema de normas de conduta social, mas de cumprimento voluntário e que visam apenas o bom-viver. Já a ética não consiste em nenhum sistema normativo, trata-se apenas do estudo geral (da reflexão sobre) do que é bom ou mau (do agir bem e do agir mal).

Porque os vocábulo «ética» e «moral» provêm do mesmo termo inicial «éthos»<sup>1</sup>, grego, ainda hoje em muitas situações (porventura nas mais das situações) o termo ética significa moral e este também aquele. Vou pois referir-me a ética e a moral como se sinónimos fossem, embora em bom rigor, como ficou dito, se trate de conceitos distintos. E para um recorte mais claro da temática importará talvez começar por fazer uma brevíssima distinção negativa: o que é que a ética, seguramente, não é.

A ética não é um sistema ou um conjunto de proibições, mais ou menos puritanas e ultrapassadas, que no fundo se destinam a evitar que as pessoas se divirtam; não é também algo apenas entendível num contexto religioso (embora alguns teólogos sustentem que a ética sem a religião não faz sentido, uma vez que o significado de «bem» não será mais do que «aquilo que Deus aprova»); não é ainda, algo que seja relativo, isto é, que respeite apenas à sociedade em que vivemos, visto que, por exemplo, a escravatura, no seu tempo, independentemente de ser praticada e aceite nuns países e proibida noutros, haverá sempre de ser considerada pela ética como um «mal».

Nas palavras de Fernando Savater, a ética é definida simplesmente como «a arte de bem viver», consigo próprio e com os outros<sup>2</sup>. No mesmo sentido Michel Foucault<sup>3</sup>, referindo-se à ética grega, dizia que era uma *estética* ou uma *poética*, que se ocupava da «arte de viver», da elaboração de «uma vida bela e boa». Parece pois indubitável que a ética visa a

---

<sup>1</sup> O «éthos» grego tinha dois significados: «propriedade do carácter» e «costume». A tradução latina fez-se indistintamente para «moralis» E no latim «mores» tem o significado de «usos de costumes». Daí que, em boa verdade, apenas aquele segundo significado foi traduzido.

<sup>2</sup> *Ética Para Um Jovem*, 1993, Editorial Presença. Fernando Savater é espanhol e professor catedrático de filosofia na Universidade Complutense de Madrid.

<sup>3</sup> Michel Foucault, *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*, 1988, Graal, Rio de Janeiro. Foucault, filósofo da linha estruturalista e pós-estruturalista, foi professor de História no Collège de France, em Paris (séc. XX).

felicidade humana; pretende a aproximação à perfeição e à realização de cada pessoa; e traz consigo a ideia da superação do que é individual. Com efeito, desde a antiguidade que se vem expressando a ideia de que o comportamento ético é aceitável se for de alguma forma universal. A regra talvez mais antiga que o expressa consta do livro do Levítico, onde se diz que devemos ir além do nosso interesse pessoal e amar o nosso semelhante como a nós mesmos<sup>4</sup>.

Nesta matéria da reflexão sobre o agir humano destacaria três grandes escolas. A primeira, que remonta a Aristóteles, filósofo grego que viveu há 2300 anos<sup>5</sup>, para quem o comportamento ético decorre de um valor, que é a *virtude*. O homem, animal político, para ser feliz (meta de todos os homens), tem de *equilibrar* o seu modo de viver (a noção de «equilíbrio» ou de «justo meio termo» é a pedra de toque do homem virtuoso), por forma a ter o necessário à subsistência, ter saúde, algum dinheiro, alguns amigos, algum reconhecimento público e até tempo para a reflexão e para a contemplação. Isso exige, claro, uma certa *sabedoria* e uma certa *prudência* no trato com o mundo.

Uma outra linha de reflexão filosófica foi encetada pelo idealista alemão Emanuel Kant (séc. XVIII)<sup>6</sup>. Parte das ideias de *vontade* e de *dever* para concluir pela liberdade do homem. A mais famosa das suas formulações no chamado «imperativo categórico» foi: «age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo que uma legislação universal». Cá está outra vez a ideia de superação do individual. Daqui decorre um critério para o agir moral. E o critério é: a universalização das nossas máximas. O homem, ser livre e racional mas preso por inclinações sensíveis, serve-se da razão, para cumprir a obrigação de agir bem. Com a sua vontade própria produz efeitos no mundo, ao lado das causas naturais, do mecanismo da natureza (à maneira newtoniana<sup>7</sup>). A ética kantiana, ética do dever, confia no homem, na sua razão e na sua liberdade.

E uma terceira, conhecida pela designação de «utilitarista», que é constituída sobretudo pelo pensamento de filósofos da tradição liberal anglo-saxónica como Jeremy Bentham ou J. Stuart Mill (séc. XVIII e XIX), os quais não partem de regras morais mas de objectivos,

---

<sup>4</sup> Levítico, 19, 18 «Não te vingarás nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas amarás o teu próximo, como a ti mesmo». O Levítico é o terceiro livro de Moisés, constando do Antigo Testamento (que faz parte da Bíblia). É um livro teocrático, estruturador de normas rituais e de culto ao Senhor, de normas comportamentais e catálogo de sanções.

<sup>5</sup> Aristóteles foi um filósofo grego, discípulo de Platão e preceptor de Alexandre, um dos maiores pensadores de sempre, autor de várias obras, entre as quais, a «Ética a Nicómaco» - Quetzal Editores, 2004.

<sup>6</sup> Emanuel Kant, filósofo alemão do séc. XVIII, foi indiscutivelmente um dos maiores e dos mais influentes pensadores do iluminismo. Em matéria de Ética publicou: «Fundamentação da Metafísica dos Costumes» - Edições 70, 2003; «Crítica da Razão Prática» - Edições 70, 1999; e «Metafísica dos Costumes», Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

<sup>7</sup> Isaac Newton (séc. XVII e XVIII), físico e matemático inglês, conhecido entre o mais por ser o autor da teoria da gravidade.

de finalidades (são por isso também designados de «consequencialistas» ou «finalistas»). Consideram que o que realmente importa é maximizar a utilidade e a felicidade e avaliam as acções humanas na medida em que favorecem esses objectivos. Em síntese consideram que uma acção é um bem quando produz um incremento igual ou maior de felicidade (ou de prazer) de todos os envolvidos relativamente a uma acção alternativa; ou um mal (um sofrimento) se assim não acontecer.

Feito este breve excursus introdutório, necessário para arrimar o discurso ao seu contexto, importa, agora ir à questão central que a todos nos interpela: porque é que devemos agir moralmente?

A vida quotidiana, com a sua complexidade e competição crescentes, enquadrada por estruturas socio-económicas desviantes, exige-nos decisões morais a toda a hora, sendo a formação ética o nosso guia a cada passo. Parece que o que nos faz agir moralmente se prende com o problema do sentido da vida. Na verdade, parece que se a vida não tiver um sentido não teremos Norte para orientar as nossas acções.

Se formos religiosos e acreditarmos na existência de um criador e num papel que ele nos reservou e o aceitarmos, temos logo um sentido para a vida. Mas já se rejeitarmos a crença num Deus, a vida vista de modo *total*, parece não ter sentido. Todavia aqueles que sem crerem em Deus se vêem como o resultado de uma combinação aleatória de moléculas, de mutações e da evolução, que chegou a estes seres pensantes que são os homens, bem sabem que estes preferem um determinado estado de coisas a outro<sup>8</sup>. E assim entendendo as coisas, também eles, os ateus, podem encontrar um sentido na vida.

A finitude e a contingência são aspectos estruturantes da condição humana e por isso há também quem entenda que a vida e o mundo em que nós humanos nos movemos não tem qualquer sentido ou significado próprios, mas que isso não constitui qualquer drama. Parece ser esse, por exemplo, o sentido dos versos do Guardador de Rebanhos de Fernando Pessoa (Alberto Caeiro): «as coisas não têm significado mas existência; as coisas são o único sentido oculto da vida<sup>9</sup>.» Seguidor deste ponto de vista é Fernando Savater, que diz que: «chamamos “absurdo” ao que deveria ter sentido mas não tem (...) Mas o que realmente é “absurdo” não é que a vida não tenha sentido, mas empenhar-se em que tenha de ter (...) Não é por se comportar eticamente e por lutar para que exista mais solidariedade e justiça no mundo que nenhum homem ou nenhuma mulher consegue

<sup>8</sup> Neste sentido Peter Singer, *Ética Prática*, Gradiva, 2002.

<sup>9</sup> Fernando Pessoa, *o Guardador de Rebanhos*,

escapar ao destino comum que a nossa condição mortal nos reserva (...) O homem recto (e prudente!) quer viver *melhor*, não escapar à sua condição mortal<sup>10</sup>.»

Seja como for o que parece incontestável é que os homens não são capazes de encontrar a felicidade vivendo a sua vida sem se preocuparem com mais ninguém nem com mais nada. Ao enveredar por esse caminho, facilmente constatam que os prazeres obtidos são, afinal, efémeros e insípidos, precipitando a inevitável conclusão de que a felicidade se lhes escapa. O sentido da vida ou simplesmente o que faz o homem viver *melhor* é, pois, para a generalidade das pessoas, indissociável da benevolência e da solidariedade para com os outros, pois só desse modo logram alcançar a felicidade, a realização pessoal ou se acham todos mais razoavelmente humanos e livres.

A ética, embora não conscientemente criada, vem a ter por função a promoção dos valores comuns aos membros da sociedade. Os juízos éticos, que respeitam aos motivos que levam à acção, cumprem a função de elogiar e estimular acções consentâneas com esses valores. A consciência moral, por outro lado, tem valor devido às suas consequências. Somos como somos por causa dos outros. Não há humanos nem vida social sem os seus parceiros da convivência social. Adquirida assim a consciência social, pela aceitação dos valores da sociedade a que se pertence, somos impelidos ou contagiados à promoção desses valores. Mesmo as pessoas que não possuam as virtudes naturais do amor, da generosidade, da solidariedade, da honestidade, da tolerância, da humildade, etc., se por via da consciência moral aceitaram os valores comuns à sociedade, mesmo que na ausência daquelas qualidades naturais, se acharem que é seu dever agir de determinado modo, é assim que agirão. «É de esperar que quem é motivado pelo desejo de fazer o bem aja como pensa ser um bem em todas as circunstâncias, ao passo que quem age por outros motivos, como o interesse pessoal, apenas fará o que considera um bem quando pensa que é também do seu interesse<sup>11</sup>.» A consciência moral é, assim, algo socialmente muito útil. «Uma mãe conscienciosa pode tratar tão bem os seus filhos como uma mãe que os ama; mas não os pode amar só porque isso é um bem (por vezes a consciência moral é um pobre substituto do sentimento autêntico)<sup>12</sup>.»

Fazer o bem não significa que a todo o momento da nossa vida quotidiana tenhamos de nos interrogar, caso a caso, sobre as razões profundas que nos levam a considerar cada acção

---

<sup>10</sup> Fernando Savater, *As perguntas da Vida*, Publicações Dom Quixote, 1999.

<sup>11</sup> Peter Singer, *ob. cit.*, pág. 349.

<sup>12</sup> Peter Singer, *idem*.

um bem. Se previamente decidimos adoptar uma linha de acção ética, uma forma de viver recta, isso significa que agimos fazendo o bem; e fazendo-o presumimos que isso é também do nosso interesse.

A verdade é que não há nenhuma receita milagrosa para de modo universal dar a todas as pessoas as razões imperiosas que os inclinam para a prática de actos morais. É por isso que continuaremos a precisar de sanções legais, de sanções morais e da pressão social que reafirmem os valores caros à comunidade e assim previnam que eles sejam atropelados no futuro. Não obstante, atrevo-me a traçar algumas linhas de orientação, por referência a alguns exemplos concretos.

Agir eticamente, numa qualquer perspectiva, passa por exercitar virtudes, como a prudência, a temperança, a coragem, a justiça, o amor, a amizade, etc. Agir eticamente é, pois, transcender as nossas preocupações subjectivas e identificarmo-nos com um ponto de vista o mais objectivo possível, com «o ponto de vista do universo». Por isso, parece que ser ambicioso na nossa actividade profissional, no sentido de querer evoluir, de acrescentar saber, ser competente (em sentido amplo) e desse modo melhor cumprir os deveres da profissão e das suas obrigações para com a comunidade será agir eticamente.

Ao invés, persistir uma atitude insaciável de acumulação de riqueza ou de poder (real ou virtual), que aumenta a cada patamar atingido perante a constatação de que há sempre alguém num degrau mais alto, não só torna a felicidade numa miragem, como pode levar à ruína e mesmo à prisão (lembremo-nos do percurso de alguns yuppies dos anos 80, como o bancário espanhol Mário Conde, o empresário e político francês Bernard Tapie, ou o corretor português Pedro Caldeira - actores que dos píncaros caíram em desgraça na chamada «década da ganância»).

Isto faz-nos retornar à relação da ética com o direito, relativamente à qual se pode dizer com toda a propriedade, como faz Jellinek, que «o direito não é nada além do mínimo ético». Isto é sobretudo válido no âmbito do direito penal, por via do qual a sociedade organizada estabeleceu pesadas sanções para a violação ou ameaça de violação dos valores que considerou mais elevados e mais preciosos para a vida comunitária. Tudo isso sem prejuízo de se reconhecer que a desobediência às leis, a desobediência civil (ou mesmo a resistência civil), pode, em certas circunstâncias, ser um comportamento eticamente fundado (recordemos os exemplos de Oskar Schindler e de Aristides de Sousa Mendes, no período da II grande guerra; de Ghandi na Índia; e de Mandela na África do Sul – casos em que as actuações desobedientes contestavam uma orientação que não representava a

expressão genuína da opinião da maioria, dado o contexto não democrático em que se inseriam). Mas mesmo em contextos democráticos a desobediência civil pode ser eticamente adequada, porque a maioria tendo legitimidade para decidir, pode não ter razão. Nestes casos, esgotados os meios legais que se mostraram ineficazes, a desobediência civil que vise informar a maioria mal informada (sem ameaçá-la nem coagi-la), sem resistência às forças da ordem, sem recurso à violência e aceitando as sanções legais pela desobediência, pode ser eticamente fundada.

Já ter as actuações conspirativas que se sabe que alguns políticos tiveram, ao pretenderem veladamente interferir em áreas estranhas à sua área de competência, através da substituição de quem lhes não dava cobertura<sup>13</sup>; ou a actuação que se sabe que tiveram também alguns mandarins da bola, apanhados em negociatas a propósito de jogos de futebol (como o evidenciaram as transcrições de conversas telefónicas escutadas e que vieram ao conhecimento do público através da imprensa livre), ainda que tais actuações não violem nenhuma norma legal, ou, violando, não puderem essas declarações ser valoradas como prova de alguma malfeitoria, claramente evidenciam, umas e outras, actuações eticamente condenáveis.

Para terminar queria sublinhar que é da condição humana que brota todo o bem e todo o mal. E, tal como na caixa de Pandora, a última coisa que nos resta é a esperança. A esperança no homem. Concluo, pois, com uma reflexão de José Saramago, cidadão português, prémio Nobel da Literatura, que se me afigura bastante adequada à circunstância: «a alma humana é uma caixa donde sempre pode saltar um palhaço a fazer caretas e a deitar-nos a língua de fora, mas há ocasiões em que esse mesmo palhaço se limita a olhar-nos por cima da borda da caixa e, se vê que, por acidente, estamos procedendo segundo o que é justo e honesto, acena aprovadoramente com a cabeça e desaparece a pensar que ainda não somos um caso perdido.»<sup>14</sup>

**J. F. MOREIRA DAS NEVES**

Ponta Delgada, 31 de Outubro de 2007

---

<sup>13</sup> Mesmo assim são ministros!

<sup>14</sup> José Saramago, O Homem Duplicado, pág. 295, Caminho, 2002.